



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICATIVA

Por força da Emenda Constitucional nº 104, de 4 de dezembro de 2019, foi reconhecida e instituída, a nível constitucional, a Polícia Penal de âmbito federal, estadual e distrital, no rol do art. 144 da CF.

Já se passaram mais de 500 dias da sua promulgação sem que houvesse, de fato, a regulamentação da Polícia Penal. Essa normatização possibilitará a efetivação de prerrogativas que permitirão o desempenho da função dos profissionais, com mais eficiência e efetividade, que promoverão, inclusive, benefícios para a própria sociedade.

Não obstante, o Departamento Penitenciário, em conjunto com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, tem tratado do assunto de maneira isolada, sem integrar à discussão os maiores interessados, no caso, o próprio órgão da Polícia Penal Federal.

Assim, o intuito do presente requerimento, além de cumprir a garantia constitucional advinda da EC 104/2019, é de inserir ao debate os representantes da Polícia Penal, juntamente com o DEPEN e o Ministério da Justiça, para que haja de forma ampla, pública e transparente o debate e a inclusão dos interessados sobre a regulamentação da profissão dos policiais penais federais, com a urgência que a situação demanda.

Assim, apresentamos o presente requerimento para deliberação e pedimos o apoio dos nobres colegas para sua aprovação.

Sala das Comissões, em de de 2021.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Subtenente Gonzaga
Deputado Federal – PDT/MG



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Subtenente Gonzaga
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD219335705400>

